



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As forças de segurança policial têm a nobre missão de assegurar a paz pública e os direitos dos cidadãos, para tanto, milhares de polícias todos os dias trabalham para atingir esses fins, nas ruas, nas esquadras, onde for necessário. Só em 2021, segundo o Relatório de Segurança Interna, ocorreram quase 50 000 detenções operadas pelos vários órgãos de polícia criminal. O que deixa bem evidente o quanto é necessário o trabalho destes homens e mulheres que todos os dias arriscam a sua vida pela segurança de todos nós.

Muitas vezes, para manter a paz pública é preciso recorrer à força, desde logo a detenção e prisão de uma pessoa é sempre um acto coercivo. No entanto, para assegurar os direitos legítimos dos cidadãos é necessária, em certas circunstâncias, a intervenção policial. Foi o que ocorreu no dia 13 de Agosto no Bairro Alto. A Polícia de Segurança Pública (PSP) terá sido chamada ao local, devido ao facto de alegadamente estarem indivíduos com um comportamento agressivo para com as pessoas que por ali passavam, ameaçando-as, tendo posteriormente vindo a confirmar-se que o indivíduo em causa estaria armado com uma faca de grandes dimensões.

Através de comunicado a PSP explicou que o homem recusou identificar-se e manteve a atitude agressiva para com os agentes. Segundo o mesmo comunicado, depois de interpelado pelos agentes "o indivíduo terá ficado mais agressivo, negando-se a acompanhar os Polícias e terá tentando escapar e impedir à ação policial, utilizando ferros com intenção de os agredir. Os Polícias recorreram ao uso da força, incluindo através de bastão policial e já manietado conduziram o suspeito à esquadra", adianta a PSP, informando ainda que o suspeito saiu da esquadra em liberdade pelas 22h00.

Apesar do perigo evidente, os agentes em causa, honrando a sua farda, agiram no sentido de proteger os cidadãos e procederam à detenção do homem em questão, usando para tanto a força, que evidente não foi possível evitar.

Ainda assim, começou a circular um vídeo nas redes sociais com o objectivo claro de denegrir a imagem da PSP enquanto instituição e daqueles agentes em particular.

Face a essa circunstância, a resposta do Sr. Ministro da Administração Interna, ao invés de defender a instituição que tutela foi que exigia abertura de inquérito aos agentes em questão, bem sabendo que na qualidade de Ministro exigir um inquérito passava desde logo uma

mensagem pública de reprovação e censura aos referidos agentes e que desautoriza ainda mais as nossas forças policiais.

Note-se que, estavam dois polícias perante um homem armado, ainda assim, os polícias em causa não recorreram às armas de fogo mas tão somente ao bastão, apesar do perigo e da circunstância do detido se recusar a acatar qualquer ordem, nomeadamente, a de se identificar ou de largar a arma que tinha em seu poder.

Em reacção às notícias que começaram a circular, o Presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP), Paulo Santos, em entrevista à Sic Notícias, defendeu a importância da contextualização e que as imagens deixam bem evidente “o quão complexo é ser polícia, demonstram a exigência, a complexidade e os riscos das intervenções policiais e, por outro lado, o escrutínio a que a atuação policial e os polícias estão sujeitos”.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, colocar as seguintes questões ao Sr. Ministro da Administração Interna:

- Qual é o procedimento que deve ser adoptado no caso de perigo iminente para a segurança pública, nomeadamente, para civis e polícias?
- Quais as consequências para um agente da polícia que assistindo a uma situação de perigo para os cidadãos opte por não intervir?
- Nos últimos 5 anos quantos polícias ficaram gravemente feridos em serviço, e quantos acabaram por falecer?
- Quanto ao caso em particular da detenção no Bairro Alto, no dia 13 de Agosto, sendo notória a acção dos agentes dentro dos limites da força necessária, qual a razão para que o MAI tenha insistido na abertura de um inquérito?
- Atendendo a que o cidadão se recusou a identificar-se, resistiu à detenção, representava perigo público na medida em que se encontrava armado e a ameaçar outros cidadãos e até, inclusivamente, os próprios polícias, qual era a actuação por parte destes que o Sr. Ministro esperava?

Palácio de São Bento, 16 de agosto de 2022

Deputado(a)s

ANDRÉ VENTURA(CH)

BRUNO NUNES(CH)

DIOGO PACHECO DE AMORIM(CH)

FILIPE MELO(CH)

GABRIEL MITHÁ RIBEIRO(CH)

JORGE GALVEIAS(CH)

PEDRO DOS SANTOS FRAZÃO(CH)

PEDRO PESSANHA(CH)

PEDRO PINTO(CH)

RITA MATIAS(CH)

Deputado(a)s

RUI AFONSO(CH)

RUI PAULO SOUSA(CH)